

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CAMPUS ANANINDEUA

FACULDADE DE HISTÓRIA

TALITA ALMEIDA DO ROSÁRIO

**A COLÔNIA MILITAR SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NO RIO GURUPI E A  
REDEFINIÇÃO DA FRONTEIRA PARÁ-MARANHÃO (1852-1873)**

ANANINDEUA

2021

TALITA ALEMIDA DO ROSÁRIO

**A COLÔNIA MILITAR SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NO RIO GURUPI E A  
REDEFINIÇÃO DA FRONTEIRA PARÁ-MARANHÃO (1852-1873)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para  
obtenção do grau de Licenciatura em História, Faculdade  
de História, Universidade Federal do Pará-Campus  
Ananindeua.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sueny Diana Oliveira de Souza

ANANINDEUA

2021

TALITA ALEMIDA DO ROSÁRIO

**A COLÔNIA MILITAR SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NO RIO GURUPI E A  
REDEFINIÇÃO DA FRONTEIRA PARÁ-MARANHÃO (1852-1873)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para  
obtenção do grau de Licenciatura em História, Faculdade  
de História, Universidade Federal do Pará-Campus  
Ananindeua.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sueny Diana Oliveira de Souza

Data de aprovação: 29 /03/2021

Banca examinadora

Prof, Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos

Universidade Federal do Pará-Campus Ananindeua

Prof<sup>a</sup>, Dr<sup>a</sup>. Siméia de Nazaré Lopes

Universidade Federal do Pará-Campus Ananindeua

Orientadora

Prof<sup>a</sup>, Dr<sup>a</sup>. Sueny Diana Oliveira de Souza

Universidade Federal do Pará-Campus Ananindeua

## RESUMO

O assentamento em 1854 da colônia militar São Pedro de Alcântara na fronteira Pará-Maranhão demarcada no rio Gurupi atendia às demandas de investimentos da província do Maranhão para a zona Gurupi-Turiaçu, recentemente incorporada ao seu território. Logo, a característica híbrida da colônia, sendo militar e agrícola, estava relacionada ao domínio maranhense com o avanço de fazendeiros e o controle de sujeitos indesejáveis, aos olhos do Governo imperial, que usavam as terras produtivas por “longa data” e se sentiam donos. Diante dos interesses das autoridades maranhenses e a indagação dos impactos que a colônia traria para as dinâmicas da região dos dois rios e na vida de quem os habitava, essa pesquisa tem como objetivo apresentar como as diferentes pessoas e grupos étnicos compreenderam a fundação da colônia. Analisou-se uma miscelânea de fontes e se constatou discursos oficiais que buscaram justificar a sua presença, revelando representações sobre a região do Turiaçu e suas gentes. Além, encontrou-se uma diversidade étnica no Gurupi que travou relações de conflito, comércio e negociação com a colônia, por outro lado entendendo que se tratava de um posto de policiamento e civilizatório, alguns grupos como indígenas e pobres livres constroem espaços de resistência e refúgio nesse mesmo rio.

**Palavras-chave:** colônia militar. fronteira Pará-Maranhão. Gurupi. Turiaçu. século XIX

## ABSTRACT

The settlement of the military colony “São Pedro de Alcântara” demarcated on the Gurupi river in the year 1854, on the Pará-Maranhão border, met the demands of the Maranhão Province for investments in the Gurupi-Turiaçu region, which had been recently incorporated to its territory. Therefore, the hybrid nature of the colony being military and agricultural was related to the dominance of Maranhão through the advance of land owners and the control of populations that the imperial administration saw as “undesirable subjects”, which traditionally worked the productive lands of the region and felt they owned it. Given the best interests of Maranhão authorities and the rising question about impacts that the colony would bring to the dynamics of the two rivers region and lives of its inhabitants, this research aims at how the different people and ethnic groups understood the creation of the colony. Through the multiple sources and official speeches analyzed was clear the aim to justify their presence, revealing representations about the Turiaçu region and its people. In addition, an ethnic diversity was found in the Gurupi area, which fed relations of conflict, trade and negotiation with the colony. On the other hand, understanding that it was a post of police and civilizational, some groups such as indigenous and poor people built spaces of resistance and refuge in that same river.

**Keywords:** Military Colony; Pará-Maranhão border; Gurupi river; Turiaçu river; XIXth century.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÃO**

Ilustração 1- Mapa do Maranhão com Recorte da região Gurupi-Turiaçu.....	10
Ilustração 2- Quadro com levantamento dos Indígenas da fronteira Pará-Maranhão (1872) .....	27

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 A COLÔNIA MILITAR E UMA “NOVA ERA” AO TURIACU: DISCURSOS E CONFLITOS NO PÓS ANEXAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>3 A PRESENÇA DA COLÔNIA MILITAR SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NO RIO GURUPI .....</b>	<b>21</b>
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>

## 1.INTRODUÇÃO

Segundo o contemporâneo Cezar Augusto Marques (1870, p.301), a colônia militar São Pedro de Alcântara do Gurupi foi definitivamente assentada nas margens do rio Gurupi em Junho de 1854 conforme a autorização do decreto imperial nº 1.284 de 26 de Novembro de 1853. A chegada de uma colônia no Gurupi teve relação com a redefinição de limites que aconteceu entre as províncias do Pará e Maranhão podendo ser constatada no decreto nº 639 de 12 de Junho de 1852 que reconheceu a fronteira oficial no rio Gurupi, anteriormente demarcada no rio T8uriaçu (MARQUES, 1870, p.301). A transferência da fronteira foi muito em decorrência de naquele mesmo ano de 1852 ter sido aprovada a lei provincial nº 330 de 14 de Outubro que desmembrou do Pará a extensão de terra que vai do rio Gurupi até Turiaçu e incorporou à comarca de Guimarães no Maranhão (MARANHÃO, 1853, p.44).

A historiadora Sueny de Souza (2016. p.185) afirma que a desanexação do Turiaçu esteve em “grande medida relacionada à utilização daquele espaço que em sua maior parte era explorado por indivíduos pertencentes ao Maranhão”. A relação dos moradores com a fronteira era ambígua pelo fato de desde da metade do século XVIII já existir um certo comércio e habitantes, para além dos vistos como “vagabundos”, “refugiados” e “amocambados”, mas não conseguiam uma melhoria de situação com a administração portuguesa.

Na pesquisa, observou-se que a proposta de uma boa administração pesou nos debates após a anexação quando as autoridades maranhenses colocam a incorporação como benefício à província do Maranhão porque o Governo maranhense havia tomado a frente na administração do Turiaçu. Os sintomas de melhoramento promovidos pelo Maranhão e que fora insistentemente divulgado vieram a ser: a derrubada de quilombos que moravam no Turiaçu e a fundação da colônia no lado maranhense do rio Gurupi. O interesse do Governo maranhense era de garantir o amplo acesso de fazendeiros maranhenses às terras produtivas recém conquistadas pois não se admitia que quilombolas, indígenas e pobres livres moradores do Turiaçu há “longa data”<sup>1</sup> usassem as áreas de mineração, agrícolas e florestas para o extrativismo.

De acordo com Flavio dos Santos Gomes (2005, p.274), “a base da experiência de colonização (agrícola e militar) no Maranhão”, da segunda metade do século XIX “assentou-se

---

<sup>1</sup> Termo retirado das documentações.

na perspectiva de obter o controle sobre as áreas ocupadas por grupos indígenas e de escravos fugidos”. Essa estratégia de domínio buscava desfazer o que Gomes (2005, p.173) discute como “campo negro” que compreendia as redes comerciais, de alianças e solidariedade dos quilombolas com diversas pessoas e grupos étnicos em feiras, povoados, fazendas e vilas; cabendo também ações de conflitos com os inimigos e resistência com a atração de tropas as matas onde por vezes encontravam “estrepes, fadiga, febres, falta de alimentos e alguns mocambos e roças abandonadas”<sup>2</sup>. Assim, o “campo negro”, se baseia na ocupação, no uso de roças, extração de ouro nas minas e outras diversas possibilidades de subsistências que os rios e a florestas proporcionavam.

---

<sup>2</sup> O autor mapeou a ocupação das florestas do Grão-Pará e Maranhão, mais tarde só Pará e Maranhão, por quilombos formados de indígenas, negros fugidos, libertos, desertores e pobre livres identificou que se constituíram desde do século XVIII e que mantinham uma relação com a sociedade circundante bastante complexa. Se por um lado, eram um problema a alguns fazendeiros e comerciantes por conta do prejuízo com a perda de mão de obra, roubos de gado, assaltos e ameaças de morte promovidas por quilombolas, assim os fazendo empreender junto ao Governo expedições militares anti-mocambeiras; por outro lado, envolviam-se com os quilombolas comprando seus produtos e permitindo que “escravos” lhes acobertassem dando abrigo e informações (GOMES, 2005, p.50-297).



“negros fugidos” e “criminosos” (ANAIS DO SENADO, 1854, p.29). Enquanto o presidente do Maranhão, Olímpio Machado, ao apresentar a proposta<sup>3</sup> de fundação da colônia em 1853, ou seja, um ano antes, listou as seguintes ações para o Gurupi: povoar as terras férteis então “desabitadas” para aumentar a produção agrícola do Maranhão, servir de apoio a civilização de indígenas e a navegação, restaurar a comunicação com o Pará e devassar as florestas (MARANHÃO, 1853, p.32).

A floresta do Gurupi aparece nas fontes relacionada ao comércio dos indígenas com regatões<sup>4</sup>. De acordo com Marques (1870, p.301), indígenas retiravam madeiras de tintura, construção e marcenaria para fazer negócio com regatões, bem como na mata do Gurupi existiam temperos e óleos como a baunilha, cumaru, copaíba, abutua etc. Marques disse também que o governo geral teve por finalidade com a colônia São Pedro de Alcântara proteger a navegação do rio, afastar o comércio dos regatões com os indígenas e impedir a formação de quilombolas (MARQUES, 1870, p.301). Neste sentido, observando o território de atuação da colônia conforme as autoridades e compreendendo do que se tratava essa zona de fronteira para os contemporâneos, mobiliza-se o conceito de região.

O conceito de região discutido por José D’ Assunção Barros (2013), trata-se do recorte espacial feito pelo historiador, baseado na observação de especificidades e analisadas considerando critérios que identificam não só a sua dinâmica geográfica, mas também econômica, social, política e cultural. Neste texto, é citada a região Gurupi-Turiaçu e por vezes, as regiões só Gurupi ou Turiaçu. Foram delimitações realizadas a partir das noções espaciais entendidas nas fontes do que era a zona fronteira entre o Pará e Maranhão<sup>5</sup>. A fronteira compreendia os caminhos e estradas para ligar as duas províncias, as relações sociais pautadas na diversidade étnica e identitária, os interesses dos diferentes sujeitos para a natureza local, os projetos colonizadores do Império, o comércio baseado na troca etc (BARROS, 2013). Há questões e percepções que moldam a fronteira Pará-Maranhão na segunda metade do século XIX, expressadas na documentação e no entendimento feito pela pesquisa.

Estudar a fronteira entre o Pará o Maranhão a partir da colônia militar foi fundamental para entender os projetos de ocupação que o Norte do Brasil recebe no contexto que o Império

---

<sup>3</sup>A proposta da fundação da colônia militar Gurupi e mais duas nos seguintes lugares: Grajaú e Alto Pindaré (MARANHÃO...1853, p.32). Porém, só a colônia do Gurupi foi colocada em prática.

<sup>4</sup> Categoria de comerciantes que atuavam nos rios.

<sup>5</sup> Isso não aparece assim bem definido, só foi possível relacionando várias falas do período e por meio delas tendo uma ideia de seu limite mais prático para os contemporâneos.

estimulava a imigração estrangeira, assim compreendendo as particularidades do lugar que ocupa. Durante o debate sobre colonização e imigração na Câmara do Senado em 1854, o Sr Pedreira, ministro do Império, fez a seguinte explanação sobre o caráter híbrido de uma colônia militar<sup>6</sup>:

“Certos lugares do nosso país não podiam ser povoados por muitos anos, se o governo não tomasse a deliberação de fazê-los policiar, a fim de manter a segurança das pessoas que os quisessem habitar; e o meio que melhor pareceu ao governo para conseguir tal resultado foi o estabelecimento de colônias de soldados ou de indivíduos sujeitos a certo regime militar, para que pudesse haver a subordinação e disciplina indispensáveis à realização daquele fim, e por isso deu-lhes a denominação de colônias militares. E porque os colonos prestam certos serviços de polícia e segurança local, vencem uma etape e um soldo durante o seu engajamento e pouco tempo depois. Querendo-se, porém, que eles se apliquem à agricultura, também lhes concedem terras que cultivam em dias designados agricultura<sup>7</sup> (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 28)”.

É interessante observar como sendo militar ou não, as pessoas que iriam morar nas colônias militares deviam se dedicar aos dois serviços, aparentemente sem distinção: o de cultivo e o de segurança. Por outro lado, percebe-se que esse projeto de ocupação dava caminhos estratégicos para a colonização estrangeira. Segundo o Ministro Pedreira (1854, p. 25), esse modelo de ocupação devia ser transitório ao se converter em exclusivamente agrícola porque seu propósito era fornecer caminhos seguros para a colonização, ocupando o Brasil com imigrantes europeus e tirando proveito de lugares tidos como estratégicos ao se tornarem povoações sólidas com a agricultura. A historiografia sobre colônias militares ao Norte do Império ajuda a entender a escolha do que seriam esses lugares estratégicos.

Rafael da Silva (2013) ao trabalhar as lógicas de motivação e simbologias da fundação da colônia militar Pedro II na fronteira franco-brasileira ao norte do País, permite identificar

---

<sup>6</sup> A colônia militar foi uma política agrária e militar, estratégica de defesa e colonização do território brasileiro, oficializada em 1854 com o decreto n 1.318 de 30 de janeiro que executava a Lei de terras de 1850 com o art.83 que compreendia “dentro da zona de dez leguas cotíngua aos limites do imperio com paizes estrangeiros, em terras devolutas, que o Governo pretender povoar, estabelecer-se hão colonias militares” (BRASIL,1854). Segundo Regina Helena Faria (2009, p.4-5), o incentivo legal em meados do século XIX alcançou a fundação do Rio grande do Sul ao Pará de um total de 21 colônias militares, mas diferente do recomendado nas fronteiras externas, a maioria foi estabelecida em fronteiras internas, sobretudo entre províncias. Apesar disso, lembra Faria, não eram novidade naquele momento porque durante o período colonial e nos governos de D. João VI e D. Pedro I haviam sido instituídas algumas; principalmente na região Sul para afirmar a presença luso-brasileira (FARIA, 2009, p.2).

<sup>7</sup> Faria (2010, p.6-7) analisou o regulamento da colônia militar São Pedro de Alcântara e afirmou que a doação de terras não era um processo tão fácil, a começar que se dava preferência a soldados casados, ainda assim não podiam abandonar o serviço militar na colônia por menos de um ano e se depois continuassem a viver dentro dela, deviam beneficiar o lote de terra concedido e apresentar bom comportamento para conseguir o título de propriedade.

faces desse espaço a partir dos elementos que o compõem, sendo fundamentais para compreensão do papel militar e agrícola. De acordo com Silva (2013), a presença da colônia Pedro II tinha o objetivo de reafirmar a soberania nacional brasileira durante o segundo reinado nesta região contestada entre a França e o Brasil, pois os franceses alegavam que a fronteira entre ambos estava no rio Araguari enquanto os brasileiros a reconheciam no rio Oiapoque. A disputa se dava pelo fato de a região contestada, então vista como “erma” e “distante”, ser repleta de terras férteis e florestas, bem como era uma zona de circulação de escravos fugidos, criminosos e desertores, os quais se procurava capturar (SILVA, 2013).

Francivaldo Nunes (2015, p.195-196) discute como as características sociais, políticas e físicas do espaço foram elementos presentes durante o funcionamento de colônias militares nas fronteiras e “centros acumulativos” de criminosos das províncias do Norte. Na análise do autor, os espaços de colonização para a implantação de colônias militares eram descritos como “desocupados” e “remotos”, o que fez esse projeto ganhar “um tom de defesa” ao se constituírem em povoações sobre tais lugares (NUNES, 2015, p.195-196). Para o Norte do Império, apareceram com funções de moralizar hábitos, de produção agrícola ou industrial e de filantropia, as quais tomavam maior destaque dependendo da necessidade local (NUNES, 2015, p.195-196).

Diante do exposto, o seguinte trabalho tem por objetivo compreender o processo e os significados da fundação da colônia militar São Pedro de Alcântara na região fronteira entre o Pará e o Maranhão partindo da redefinição do limite administrativo em 1852 até 1873 com a publicação do relatório do engenheiro Gustavo Guilherme Dodt após expedição topográfica ao rio Gurupi. A pesquisa se deu a partir do levantamento e análise de jornais da província do Pará e Maranhão, relatórios de presidente de província do Maranhão, Anais do Senado do Império e relato de expedição topográfica para mostrar os discursos, conflitos e as dinâmicas de ocupação que nortearam os impactos da presença da colônia e as percepções dos diversos sujeitos envolvidos. Para além da introdução e conclusão, a discussão foi desenvolvida em duas seções.

Na primeira seção chamada “A colônia militar e uma “nova era” ao Turiaçu: discursos e conflitos no pós anexação” se elenca falas de diferentes autoridades entre 1853 a 1854, a do presidente do Maranhão Eduardo Olimpio Machado na Assembleia legislativa, do Senador Costa Ferreira e o Ministro do Império na Câmara do Senado para mostrar a construção de um discurso de uma “nova era ao Turiaçu” tomando como ponto de partida a desanexação dessa região do Pará. Assim, desenvolve-se como tal discurso projetou imagens de um Turiaçu

esquecido, perigo e de natureza rentável que buscou justificar a fundação da colônia militar na fronteira e a caçada em 1853 a quilombos. Identificou-se nos jornais e relatórios de presidente de província do Maranhão dois quilombos no Turiaçu de fama e proporção significativas, como veio a protagonizar o chamado Minas de Maracassumé, do qual se expõe o processo violento de sua derrubada e as estratégias tomadas pelos quilombolas na ocasião.

Enquanto na segunda seção, “A presença da colônia militar São Pedro de Alcântara no rio Gurupi” se destrincha alguns dos interesses da província do Maranhão com a colônia assentada após 1854 no rio Gurupi e como os diversos moradores da região a receberam. Percebeu-se que o lugar de sua fundação foi planejado para a colônia se tornar um ponto que se conectava a outros em uma rede de rotas comerciais e transporte no interior do Maranhão, sobretudo assumido essa posição e ao mesmo tempo fornecendo segurança. Essas são ações que as autoridades buscavam para fazer o rio Gurupi ser reconhecido como a nova fronteira oficial pela população ali estabelecida.

E a partir da chegada colônia se aborda a relação com a população local, ao encontrar relações de conflitos e negociações com os indígenas que se aproximavam, ao mesmo tempo identificando uma maior concentração de diversas etnias indígenas e a migração de pobres e livres para as cabeceiras do rio Gurupi. Afirmando-se como estes sujeitos construíram espaços de resistência onde podiam exercer suas dinâmicas de vida de maneira mais livre. Assim, revela-se as complexas percepções desses grupos para a colônia que travavam sociabilidades se aproximando, mas também a entendendo como uma ameaça pela possibilidade de serem recrutados para o trabalho e hábitos controlados pelo Governo.

## 2.A COLÔNIA MILITAR E UMA “NOVA ERA” AO TURIAÇU: DISCURSOS E CONFLITOS NO PÓS ANEXAÇÃO

Algumas autoridades do governo provincial maranhense e do império justificaram a presença da colônia militar com representações sobre o espaço do Turiaçu. Após a anexação, há uma alta expectativa de mudanças para o Turiaçu a partir de um projeto de desenvolvimento para o Maranhão que colocou realizável a derrubada de quilombos e a fundação colônia militar São Pedro de Alcântara no Gurupi. Os aspectos militar e agrícola foram colocados como necessários diante de um Turiaçu que era divulgado como esquecido e inseguro por abrigar pessoas em situação de refúgio e à margem da lei que, na perspectiva do Governo, eram tratados como um mal estar na região.

Em 1854, O Sr. Pedreira, ministro dos negócios do Império, durante um debate sobre colonização estrangeira, afirmou que o Turiaçu tinha a fama de ser um receptáculo de criminosos e refugiados<sup>8</sup>, o que foi motivo para se ter fundado uma colônia militar no rio Gurupi cujo policiamento alcançaria até as margens do rio Turiaçu (ANAIS DO SENADO, 1854, p.29). Para Pedreira, esses sujeitos viviam em solos férteis e por isso retiravam as "vantagens" que a terra oferecia pois as tornavam insegura (ANAIS DO SENADO, 1854, p.29).

Também em 1854, o Senador do Maranhão, Costa Ferreira, durante o debate sobre a anexação da vila de Carolina ao Maranhão, lembrou do tempo que era presidente dessa mesma Província quando eclodiu a Cabanagem no Pará e essa insurreição chegou à fronteira, então estabelecida no rio Turiaçu. Em tom de acusação, Costa Ferreira contou que houve a falta de prontidão do governo do Pará em impedir os cabanos de atravessarem para o lado maranhense do rio Turiaçu e aterrorizassem queimando as plantações dos lavradores<sup>9</sup> (ANAIS DO SENADO, 1854, p.210).

A responsabilidade acabou nas mãos do Maranhão, com apoio das províncias do Ceará e Pernambuco. Ferreira comunicou a Sabino, oficial da marinha, que os cabanos haviam entrado no Turiaçu e precisava dele para “impedir essas desordens” e prontamente, Sabino “embarcou ao meio dia, e quando foi no dia seguinte de manhã estava ele senhor do Turiaçu” (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 210).

Ferreira afirmava então que o Turiaçu só veio a colher benefícios depois da desanexação do Pará, uma vez que a administração maranhense podia se fazer presente na região (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 159-292). Para esse Senador, a anexação representou a chegada de um novo momento ao Turiaçu, pois teria trazido bons resultados voltados à utilidade e segurança do solo cultivável, principalmente de lavouras privadas, à vista de que

---

<sup>8</sup> Observa-se que na documentação que “fugitivos” e “refugiados” incluíam negros escravizados que fugiam de fazendas próximas e os desertores, aparentemente de etnias diversas.

<sup>9</sup> Sueny de Souza (2016, p.155) confirma a vinda de tropas do Maranhão, Ceará e Pernambuco para o Turiaçu. Porém, é preciso se atentar para a memória que as autoridades maranhenses procuravam construir para reafirmar a anexação. Segundo Souza (2016, p.158), por causa da revolta de 1824 ocorrida na vila de Turiaçu e os acontecimentos da Cabanagem, a fronteira Turiaçu recebeu maior atenção militar. Em 1839, o presidente da província do Pará, Bernardo de Souza Franco, contava que haviam tropas do Pará e de outras províncias estacionadas no Turiaçu e que da parte do Pará, a preocupação estava “em virtude da revolta popular [Balaiada] ocorrida na província vizinha [Maranhão]” (SOUZA, 2016, p.158). Logo, são situações que não aparecem na fala de Costa Ferreira por omissão [acredita-se ser por isso] ou por falta de conhecimento.... não se sabe.

estaria na responsabilidade do Maranhão investir no cuidado com a região (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 159-292).

Ferreira defendeu também a derrubada de um longo quilombo como um dos primeiros cuidados, apresentando como “um benefício que o Turiaçu colheu de pertencer ao Maranhão” (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 210). Lembrou que o quilombo tinha um “rei” que ia “ao povoado fazer contratos” e chegou a ter família - “forrou-se e tornou a seus filhos” - por existir pessoas que o socorria, contudo quando passou o Turiaçu a “pertencer ao Maranhão” o presidente dessa província [Eduardo Olímpio Machado] mandou derrubar o “tal mocambo” (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 210).

Essa alegação também foi compartilhada pelo presidente da província do Maranhão. Eduardo Olímpio Machado, em 1853, ao dizer que por ter sido incorporado ao Maranhão há pouco mais de um ano, começava “ao Tury uma nova era” por causa da derrubada de quilombos que habitavam as matas há mais de 40 anos “ameaçando de continuo a segurança individual e de propriedade”<sup>10</sup> (MARANHÃO, 1853, p.8). E após a derrubada dos quilombos, Machado, ainda em 1853, indicou a instalação “nessas desertas e longiquas paragens uma colônia militar” para contê-los, pois acreditava que “não se reunirão tão cedo em quilombos” (MARANHÃO, 1853, p.8).

Eni Orlandi (2012, 39-42) explica que a produção de discurso envolve certos mecanismos como no caso da antecipação, a qual estabelece relações de força. A antecipação é quando um locutor formula imagens sobre o que deseja falar, mas ao mesmo tempo se adianta em formular as imagens que seu interlocutor vai projetar sobre aquilo que está sendo dito, a ponto de locutor conseguir manipular a sua fala para o alcance de um objetivo próprio (ORLANDI, 2012, p. 39-42). A autora também discute que as imagens construídas são formações imaginárias, as quais geram posições diferentes, ou seja, imagens de si, do que se diz e dos outros a partir do lugar social de quem fala (ORLANDI, 2012, p.39-42)

Neste sentido, o discurso da chegada de um novo e próspero momento ao Turiaçu se apoia na lembrança de experiências como a expansão da revolta da Cabanagem e das ações dos quilombos na fronteira para forjar representações do Turiaçu como perigoso e esquecido -por causa negligência da administração paraense- e das gentes que ali moravam. De um lado

---

<sup>10</sup> Nos discursos oficiais, a falta de segurança pela existência de quilombolas estava ligada às insurreições em fazendas, mortes de fazendeiros e roubos de gado.

existiam os que sabiam aproveitar as terras produtivas como os fazendeiros e do outro, aqueles que não sabiam e eram colocados como um entrave ao desenvolvimento da província vivendo às próprias regras, como os que se reuniam em quilombo. Desta forma, autoridades construíam imagens da administração maranhense, do Turiaçu, do Pará e dos quilombolas para reafirmar a ação da província do Maranhão sobre a região dando sentido a necessidade de se fundar uma colônia militar contra a formação de quilombos como uma atitude que precisava ser continuada como já havia mostrado na circunstância da Cabanagem.

Esse discurso se finca na expropriação quilombola e na destinação de terrenos usados por quilombos para representantes do governo maranhense, quer dizer fazendeiros da província do Maranhão. E na fala das autoridades se compreende que fazendeiros se tratava de pessoas abonadas e de poder político<sup>11</sup>. Sueny de Souza (2016, p.187), observa nas falas de autoridades do Pará e do Maranhão travadas na câmara dos deputados entre 1836 a 1852 que os interesses de desanexar o Turiaçu do Pará se expressavam nos esforços de homens influentes, “potentados” do Maranhão. Para a autora é possível pensar em como pessoas menos abonadas iriam se beneficiar da desanexação, uma vez que suas “ações, produções e comércio” não obedeciam às delimitações administrativas, assim a desanexação aconteceu “após várias solicitações que envolveram interesses distintos para fazendeiros locais, moradores menos abonados e políticos, tanto locais como da capital da província” (SOUZA, 2016, p.187).

Assim, o ano de 1853, a região do Gurupi- Turiaçu foi marcada por uma intensa circulação de militares em expedições anti mocambos. Segundo Olímpio Machado em relatório, no ofício recebido com data de 3 de Agosto de 1853, o capitão Guilherme Félix Freitas, comandando uma expedição anti mocambos no Turiaçu, informava o abatimento dos quilombos Minas de Maracassumé e Santo Cristo, reconhecidos como “principais” e com reputação de mais “temíveis”: O primeiro foi encontrado nas margens do rio Maracassumé e nele viviam 200 pessoas reunidas em uma povoação que além da agricultura, sustentava-se das

---

<sup>11</sup> Segundo Sueny Diana Oliveira de Souza (2016), o Turiaçu recebeu políticas de colonização durante o governo colonial português por meio da doação de datas de carta de sesmarias, desta forma uma discussão que a autora mostra é a justificativa dos solicitantes em geral alegando a falta de terras para a agricultura e pecuária e que muitos deviam pertencer a famílias abastadas pois possuíam “grande quantidade de escravos, e provavelmente já estavam assentados em outras áreas”, sendo que parte das sesmarias concedidas na região eram de “militares, colonos ricos, homens influentes e religiosos” (SOUZA, 2016, p. 39). Sueny também afirma que no final do século XVIII e início do XIX haviam fazendas de gado no lado paraense do Turiaçu e nas margens encontrava-se campos comunais usados por diferentes pessoas abonadas para a criação de gado como o Deputado do Maranhão Costa Ferreira que contou durante um debate em 1847 na Câmara do Senado do Império que era costume soltar o seu gado (SOUZA, 2016, p.52-136).

minas de Maracassumé trocando o que retiravam em Santa Helena e outras paragens por “viveres e fazendas secas” com regatões e “gentes dos povoados” (MARANHÃO, 1853, p. 7-8). Já o segundo foi encontrado entre os rios Parauá e Maracassumé e cujo rei havia morrido há dois anos” (MARANHÃO, 1853, p. 7-8).

Para chegar até os mocambos, o capitão usou a estratégia de seguir os diferentes trilhos que se distribuía partindo da fazenda Jussaral, situada no Parauá (MARANHÃO, 1853, p.7). As picadas produzidas mata adentro pelos quilombolas não apenas serviram como pistas que indicaram suas localizações aos militares, mas também nos mostram experiências e contatos construídos em busca de estabelecer comércio e proteção em um circuito quilombos-senzalas. Flávio Gomes (2005) discute que os quilombos no Turiaçu se mantinham articulando agricultura, comércio realizado junto aos regatões e povoações locais com redes de comunicações com diversos grupos, entre eles, os escravos asenzalados nas fazendas que não só lhes davam abrigos durante viagens, mas os informavam das investidas que as autoridades provinciais planejavam realizar.

Tendo sucesso com essa estratégia, o Capitão e sua tropa encontraram as habitações do quilombo Minas de Maracassumé, o que se seguiu em um confronto, pois esse era um evento possivelmente esperado pelos quilombolas ao encontrá-los armados e munidos “como se estivessem sobre aviso” (MARANHÃO, 1853, p.8). Segundo o presidente Machado, o resultado foi de 2 guardas de polícia com ferimentos graves, 3 praças do 5º batalhão de infantaria com ferimentos leves, 10 pretos mortos e feridos alguns que conseguiram fugir para as matas, porém, relatou essa autoridade, que no dia 10 de Agosto daquele mesmo ano alguns desses foram presos com poucas armas e “munições de guerra (MARANHÃO, 1853, p.8). Já entre os mortos estava o rei Palmerio, escravo do Coronel Antônio Onofre Ribeiro e substituto do falecido rei Epifhanio (O PROGRESSO, 11 de Setembro de 1853, n 72). A soma foi calculada em 98 amocambados, contando presos, mortos e os que se apresentaram voluntariamente aos seus senhores (MARANHÃO, 1853, p.8).

A ação de serem encontrados armados mostra a nós redes de comunicação e vigias como importantes táticas de manutenção do quilombo. Se Freitas e a tropa tivessem demorado um pouco mais na expedição a caminho do Minas de Maracassumé, ter-no-iam encontrado completamente abandonado porque muitos já haviam se dispersado enquanto os que fugiram antes e durante o embate, podiam contar com a proteção, bem como com informações e aviso, de muitos que tinham contato pois Olímpio Machado, dizia ter ordenado a prisão daqueles que

mantinham relações comerciais com os quilombolas na finalidade de os que escaparam não contassem com a ajuda deles, os quais neste caso eram os negociantes Marcelino José da Costa Ramos, Isidoro Francisco de Oliveira, Theodoro Sodré, Mariano Gil (MARANHÃO, 1853, p.8).

Capturados pela força de 1º linha do 4º distrito do Parauá, o número de presos resumia-se em 53 quilombolas, 25 homens e 28 mulheres, dos quais 52 pertenciam a moradores do Maranhão com exceção do escravo Felisberto cujo senhor chamado Carambola residia no Pará (MARANHÃO, 1853, p.49). Trata-se de um número significativo frente aos 200 quilombolas estabelecidos no Minas de Maracassumé e mesmo que nesta pesquisa não tenhamos acesso à origem dos mortos e dos não capturados, essa informação nos permite compreender como tais fugitivos perceberam o processo de redefinição da fronteira administrativa e os investimentos das duas províncias para a região do Turiaçu, utilizando disso como estratégia para a manutenção do quilombo. Quando estavam do lado direito do rio Turiaçu, então margem paraense da fronteira antes de 1852, os fugitivos do Maranhão possivelmente conheciam e observavam os desentendimentos e interesses entre as províncias apresentados na seção anterior, e assim acabavam se valendo deles, principalmente da experiência de estarem em território paraense.

Isto se torna evidente quando ao terem conhecimento de que militares haviam sido enviados para abater o Minas de Maracassumé, alguns quilombolas partem para as margens paraenses do Gurupi (O PROGRESSO, 11 de Setembro de 1853, n 72). A travessia para o lado paraense da fronteira demonstra atitudes tomadas levando em consideração experiências vividas geograficamente e socialmente quando a fronteira política esteve no Turiaçu em anos anteriores. Maria Thompson Flores (2015) identificou como as pessoas que cometiam crimes se valiam das particularidades políticas e geográficas da fronteira Sul do Brasil com Uruguai e o Estado Oriental na segunda metade do século XIX para garantir a sobrevivência e a impunidade.

De acordo com Flores (2015), os diferentes indivíduos lidavam com as incoerências do espaço de fronteira as manejando, atravessando de um País a outro pelo rio pois sabiam que cada província possuía leis próprias para punir, mas também das imprecisões em julgar crimes pelas brechas que a jurisdição permitia ao cruzar de um lado a outro. Portanto, mesmo que a pesquisa não entenda a fronteira simplesmente como uma linha administrativa e compreenda que às ações cotidianas e redes de sociabilidade estabelecidas entre os diferentes sujeitos não levavam em consideração essa demarcação, em outros momentos, além de ter consciência do

que a fronteira administrativa representava, muitos sujeitos, sobretudo aqueles tidos como de vida errante, valeram-se dos limites da atuação provincial para se deslocarem entre as margens paraenses e maranhenses dos rios Turiaçu e Gurupi nos diferentes contextos.

A destruição do quilombo Minas de Maracassumé levava a outro objetivo das autoridades maranhenses, o controle dos terrenos de mineração. Olimpio Machado, presidente do Maranhão, para reforçar a tomada das minas e facilitar o acesso, realizou a abertura de uma estrada. Reutilizando uma picada feita pelos quilombolas para se chegar às minas, dizia ele que estava sendo construída tal estrada que partia da Fazenda Jussaral até as margens do rio Maracassumé com a força de 60 operários livres e naquele ano de 1853 ela já tinha completado 8.000 braças de comprimentos e 24 palmos de largura, mas o plano era que fosse finalizada em 16 léguas de extensão (MARANHÃO, 1853, p.23).

Essa estrada, segundo Machado, “saltava aos olhos”, o que exigia pôr um destacamento nas margens do rio Maracassumé para impedir a aproximação de sujeitos atraídos pela fama das minas encontradas entre esse rio e o Tury, bem como serviria para impedir a formação de mocambos nos seus arredores (MARANHÃO, 1853, p.23). Logo, este é um momento em que o governo do Maranhão, a partir da administração de Eduardo Olímpio Machado, planeja a ocupação do Turiaçu através de estradas e se investe na militarização dessa zona de mineração, ver se com isso um projeto que buscava construir uma característica de um espaço fronteiro ordenado, controlado pelo Estado provincial, no qual não há a presença de modos de vida como os dos quilombolas que se afastavam da lógica de favorecimento do desenvolvimento do Maranhão.

Logo, o andamento da estrada e a de derrubada de um famoso quilombo são colocados como os pontos de partida para o aproveitamento do Turiaçu naquele momento como território conquistado. Afirmou Machado:

“Dado este primeiro passo, fácil se torna fazerem-se novas explorações, abrirem-se outras vias de comunicação; e de tudo isto resultará o aproveitamento de uma grande quantidade de terras, que o terror, que inspirarão os quilombos de escravos fugidos, havia subtrahido aos agricultores da província (MARANHÃO, 1853, p. 23)”.

Para além das representações sobre os quilombolas como ladrões de “grande quantidade de terras” que os desconhecem como moradores, bem como o seu modo de aproveitar a região, eles obtiveram tais terras para si e nelas se encontraram durante “longa data” com proporções consideráveis, regidos por “reis” e reconhecidos pela população local por

meio das redes de sociabilidades. Por outro lado, esses são eventos chaves para as autoridades maranhenses que não só divulgam, mas afirmam a ideia de um avanço por fazendeiros maranhenses como representantes de um projeto de desenvolvimento do Maranhão, no qual o Turiaçu recém anexado tinha um papel muito importante e neste sentido, a colônia militar se apresenta como a continuação desse processo<sup>12</sup>.

Embora o processo conflituoso que antecede a fundação da colônia com a derrubada de quilombos e o destaque nos documentos oficiais como um projeto de ocupação militar sobretudo anti-mocambo, para os anos posteriores de seu assentamento no Gurupi, a pesquisa se desenvolveu considerando ações muito mais relacionadas aos indígenas. Dessa maneira, as fontes permitiram direcionar o foco para a relação do indígena do Gurupi com a colônia, pois aqui, este trabalho volta o olhar mais à essa região e com isso encontra uma ausência<sup>13</sup> de quilombolas nas dinâmicas do rio.

### 3.A PRESENÇA DA COLÔNIA MILITAR SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NO RIO GURUPI

As autoridades maranhenses sabiam da importância que teria com o passar dos anos a fundação de uma colônia militar no rio Gurupi pois essa era uma ação da província do Maranhão que, naquele contexto de pós anexação, buscava fazer o seu domínio sobre o território entre o Turiaçu e Gurupi ser reconhecido. Logo, o papel da colônia também era de definir o rio como um limite entre as duas províncias por meio de experiências cotidianas de ocupação, as quais estabeleciam em uma margem sendo terras pertencentes ao Pará e na outra do Maranhão. Posto isso, nesta seção será discutido os impactos da presença da colônia militar São Pedro de Alcântara neste rio tendo em vista o movimento do governo maranhense em instituí-lo como fronteira administrativa no cenário de pós anexação do Turiaçu.

A partir de 1853, propostas de construção de estradas aparecem com mais frequência nos relatórios maranhenses de presidente de província com o objetivo de facilitar o acesso a

---

12 Embora na seção seguinte se aborde outras faces do que a colônia representou na fronteira. Vale esclarecer que ela também significava esse avanço da grande propriedade porque era um núcleo de povoamento significativo, tendo em vista o seu funcionamento e crescimento por meio da agricultura pois a expectativa é que ela fornecesse a produção agrícola para consumo local e de fora.

<sup>13</sup> Diferente desta pesquisa, o trabalho “A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)” do historiador Flávio Gomes, que está na referência final do artigo, faz um levantamento e análise das dinâmicas quilombolas entre o rio Gurupi e Turiaçu, abordando as sociabilidades com a colônia militar em alguns capítulos.

áreas produtivas, ou seja, que possuíam potencial econômico como os campos de gado, minas e florestas. Eduardo Olympio Machado, em 1853, apresentou à Assembleia legislativa que as trilhas partindo da fazenda Jussaral, usadas para chegar até os quilombos na expedição do capitão Leopoldo Freitas, foram aproveitadas para a abertura de uma estrada cuja extensão ia até as margens do rio Maracassumé; contando 8.000 braças de comprimento e 24 palmos de largura com uma estimativa de 16 léguas após concluída (MARANHÃO, 1853, p.23).

Neste sentido, manter o livre acesso a territórios economicamente rentáveis dependia da segurança deles, função essa que na prática se direcionou à colônia após assentada em 1854. O presidente de província do Maranhão, Antônio Cândido da Cruz Machado, recomendava no relatório de 1856 a reabertura de uma antiga estrada usada em 1720 pelos “índios” da povoação Gurupi que serviu para viajar à Belém no tempo que o Pará e Maranhão eram capitânicas (MARANHÃO, 1856, p.120). A qual seria reaproveitada para aproximar as relações comerciais entre os habitantes do Maranhão e os do Pará, tendo entre os principais beneficiados os donos de gado dos campos de “Viana, Tury-assu e Gurupy” para vender o gado em pé no Pará, pois esses criadores contariam “como no tempo do governo colonial” com a proteção de um estabelecimento como era a colônia (MARANHÃO, 1856, p.120).

Estradas para o desenvolvimento do gado e o transporte dele entre o Pará e Maranhão também já haviam sido apontadas por Machado em seu relatório de 1854. Ele indicou a abertura de duas: uma que ligaria a colônia militar à vila de Tury-assú para se ter acesso às margens do rio de mesmo nome pois na mata existiam “drogas de facil permuta comercial” e “provavel existência de goma elástica” e outra estrada que iria dos campos de Viana até o rio Guamá no Pará para realizar a criação e venda de gado (MARANHÃO, 1854, p. 20-21).

Neste sentido, as estradas fossem propostas ou já realizadas transformavam a colônia em um ponto estratégico que se conectava a outros como vilas, povoados e os principais centros das capitais. E complementar a isso, a segurança territorial fornecida por ela significava para o Governo maranhense a garantia do controle desses pontos e rotas, então por isso eram áreas selecionadas como foi no caso da reutilização de onde havia a circulação de quilombolas. Mas também, áreas aonde se chegava a campos de criação, matas para o extrativismo e mineração com a finalidade de conservar uma rede de comércio, na qual se incluía sobretudo o Pará. Desta forma, o Maranhão buscava delimitar e conectar as terras entre as duas províncias por meio das estradas e a colônia.

A presença da colônia, bem como o incentivo a construção de estradas, motivou a migração de diversas pessoas para as suas proximidades. De acordo com o historiador Arthur Germano dos Santos (2016, p.194) em 1856 chegaram para os arredores da colônia "algumas pessoas com diferentes lavouras" como o "cidadão Agostinho Pedro de Maia", um lavrador de cana que ergueu um "pequeno engenho" com a autorização do primeiro diretor da colônia militar, o então Tenente- Coronel Francisco Junqueira. O deslocamento para morar no Gurupi representava, possivelmente, o benefício da segurança que a colônia podia fornecer aliado ao da proximidade com o rio para o transporte mais ágil<sup>14</sup> de produtos a outras localidades. Afinal, a colônia estava na parte onde a navegação era estável (DODT, 1873, p. 93).

E não só fazendeiros, os indígenas também procuraram morar nos arredores da colônia. O presidente do Maranhão, José da Silva Maya, em 1869, apresentou no relatório que o diretor da colônia Leonardo Luciano de Campos havia informado o desejo dos indígenas do Alto Gurupi de se aldearem próximo da colônia, mas não faziam pois tinham medo de não contarem com proteção e diante disso, pediu a permissão dele para mandar o padre Anunciação até eles a fim de "atrahil-os para junto da colônia" (RELATÓRIO, 1869, p. 9-10). José Maya aprovou tal ação pois conforme lembrava, retirar os indígenas das matas para serem civilizados era função do diretor conforme o regulamento de 1ª de Fevereiro de 1855<sup>15</sup> (RELATÓRIO, 1869, p. 9-10).

O desejo dos indígenas de se aproximarem podia estar ligado ao objetivo de estreitar relações comerciais com a colônia pois é preciso observar que no mercado local do Gurupi era notável a atuação deles como comerciantes. Alguns anos depois deste ocorrido, o engenheiro Gustavo Guilherme Dodt, tendo seu serviço contratado pelo presidente da província do Maranhão, Augusto Olympio Gomes de Castro, realizou uma expedição topográfica a este rio por volta de 1872 e constatou na parte que compreendia a colônia militar e seus arredores com alguns sítios, a população conseguia os produtos naturais como óleos retirados da mata com os indígenas, bem como consumiam a farinha produzida pelos indígenas do "Alto Gurupy" em alguns pontos do Pará e Maranhão (DODT, 1873, p.91-144 ).

---

<sup>14</sup> Souza e Ricci (2014, p.12-19) enxergaram as dificuldades no deslocamento entre o Pará e Maranhão entre o século XVIII e início do XIX, constatando que os percursos terrestres e intrários até Turiacu e São Luíz eram visivelmente difíceis dependentes do tempo da natureza com o vento, a baixa e cheia das marés, o que refletia nos dias de viagem.

<sup>15</sup> Esse se tratava do regulamento interno de funcionamento da colônia (FARIA, 2011, p.8-14).

Por isso, a necessidade dos indígenas de comunicar a aproximação com a colônia militar mostra como estiveram atentos ao que ela representava enquanto um posto de policiamento e polo civilizatório, dedicado a manter a ordem no Gurupi. Embora evidencie como isso os preocupava, porém não foi um impedimento; de fato que recorreram à negociação. Estarem receosos e pedirem proteção revela uma face de como indígenas e poderes locais representantes do Estado mantinham contato nesta zona, quer dizer em certas condições conversadas e atendendo os interesses de ambos. Se para os indígenas era a possibilidade de novos consumidores de seus produtos, por outro lado para as autoridades do governo significava uma oportunidade de obter resultados frente ao objetivo de civilizá-los na região.

Aproximar os indígenas à ideia de civilização significava o estímulo das autoridades por uma ocupação que desenvolve o Maranhão e com isso, principalmente, colocando o papel civilizatório da colônia do Gurupi na fronteira. Conforme debate Renata de Oliveira (2020), a política de catequizar e civilizar os indígenas como traz o regulamento de missões de 1845, tratava de atender as demandas relacionadas ao uso da terra pela elite, restringindo o espaço de atuação dos primeiros, enclausurando-os em assentamentos para que áreas produtivas aonde circulavam estivessem disponíveis para o avanço de empresas agroexportadoras.

Neste sentido, nesses assentamentos apreenderiam a ser cristãos, a ser mão de obra assalariada e enxergar a terra como substrato do trabalho através de uma catequização que civilizava, que moldava o indígena para ser um sujeito que supriria os interesses do Estado e dos grandes fazendeiros frente as possíveis perdas que abolição<sup>16</sup> causaria (OLIVEIRA, 2020). Com vista nisso, o jornal Publicador maranhense, em 1860, traz a informação de que a Colônia militar do Gurupy, sob administração de Altino Lelles Rego, contava com “224 indivíduos, entre os quais figurão 26 índios ainda não civilizados<sup>17</sup>, que estão situados junto à colônia e são

---

<sup>16</sup> As ações do Estado como o regulamento de missões em 1845, a publicação da lei de terras em 1850 e as dezenas de colônias militares que iriam ser fundadas após 1840 tinham relação com o movimento das elites, sobretudo agrícolas, de articular a transição de uma mão de obra que suprisse a negra escravizada. Porém, vale ressaltar que a possibilidade da abolição não se dar só na segunda metade do XIX, como trata Emília Viotti da Costa (1999, p.195-231) sobre os insucessos das primeiras experiências desde da década 1820 colônias do sistema de parcerias com as quais lavradores buscavam testar mão de obra estrangeira a fim de se preparar para a abolição que já estava em debate, desta forma tendo uma outra alternativa de trabalhador livre a custo baixo.

<sup>17</sup> O engenheiro Dodt (1873, p.124), após conhecer a colônia de perto durante sua expedição ao rio Gurupi por volta de 1872, contou que nela moravam menos de 30 “índios”: homens, mulheres, adultos, velhos e crianças da etnia Guajajara. Enquanto sobre o termo “indivíduos”, aqui nesta pesquisa a partir da leitura das fontes levantadas e da historiografia sobre a colônia do Gurupi, não há uma conclusão fechada sobre a origem e unidade étnica desse grupo. O que se sabe é que após assentada em 1854, nas cartas do primeiro diretor da colônia, o tenente Junqueira, ao presidente do Maranhão, Olímpio

ocupados no serviço della sempre que he mister” (PUBLICADOR MARANHENSE, 11 de maio de 1860, nº 109). Logo, ela se trata de um dos tipos<sup>18</sup> de assentamentos pensados para atrair e abrigar os indígenas, destinando-os ao mundo do trabalho vigiado por autoridades do Governo, sobretudo em seu interior.

Por outro lado, ela representava um ponto na tentativa de formar um cerco<sup>19</sup> no território indígena para direcioná-los aos seus interesses, sobretudo o de se ter acesso à natureza potencialmente econômica da região Gurupi-Turiaçu usada principalmente pelos próprios indígenas e assim os colocando como mão de obra para explorá-la. Podemos observar isso na recomendação do presidente de província Antônio Machado, em 1859, que tentava direcionar aos cofres públicos o lucro da extração e venda do óleo de copaíba pelos indígenas por meio da

---

Machado, é colocada a recomendação de 100 casais de europeus para morar em suas dependências, porém isso nunca aconteceu e o que se apresenta no levantamento populacional nos anos posteriores são grupos de “pobres livres” classificados por profissão e sexo. Essas são informações coletadas nos trabalhos de Regina Helena de Faria (2011), (2015) e Marcelo Guimarães Magalhães (2014). Enquanto no jornal Publicador Maranhense de 1860, em uma nota comemorativa dos resultados obtidos nos meses iniciais da posse do diretor Altino Rego, aparece o termo de “nacionais”, entre os quais está o negociante Felipe João Ramos (PUBLICADOR MARANHENSE, 10 de Maio de 1860, nº 118). Então, fica subentendido que eram pessoas pobres livres brancas ou ditas “mestiças” brasileiras, ainda assim é preciso observá-las diante da questão e condição da identidade indígena frente o objetivo civilizatório. De acordo com Renata de Oliveira (2020), o projeto civilizador estimulava a incorporação do indígena à Nação através da miscigenação com a abertura dos aldeamentos para feiras e novos moradores e ensinando a relação de sedentarismo com a terra. Assim, diluídos entre os “nacionais”, suas terras poderiam ser usurpadas mais facilmente, uma vez que era possível o reconhecimento do -Indigenato- o direito originário após a publicação da legislação de terras de 1850 (OLIVEIRA, 2020). Por isso o reforço do objetivo de retirar das matas e civilizar aqueles ditos “índios” “errantes”, “selvagens”, “não civilizados” e “semibárbaros” com a finalidade destitui-los de um apego a terra para torna-las devolutas pois essas imagens preconceituosas expressavam suas identidades e culturas forjadas a partir do semi ou total nomadismo (OLIVEIRA, 2020). Portanto, por vezes a identidade indígena aparece nas fontes violentamente silenciada com as representações de “mestiços”, “indivíduos” ou “nacionais” elaboradas pela elite e pelo Estado escravocratas para resolver os problemas de mão de obra e novas frentes de expansão diante dos rumores da abolição.

<sup>18</sup> Identifica-se os seguintes tipos de assentamentos que coexistiam: os aldeamentos oficializados pela política de missões de 1845 e as colônias militares e indígenas oficializadas pelo regulamento de 1854 da lei de terras de 1850.

<sup>19</sup> A administração do regulamento de missões formava no Maranhão um circuito que mapeava os territórios de circulação dos indígenas. Havia 18 diretorias parciais de indígenas, ou seja, unidades territoriais administrativas (chamadas por vezes também de distritos) da província que funcionavam sob os cargos de dois gestores: diretor geral e o parcial, esse último suas funções eram voltadas mais às pendências cotidianas dos assentamentos. Em 1870, a do Gurupi era a 18º distrito, próxima dela abrangendo o município de Imperatriz estava a 17º, as duas até aquele ano não tinham um levantamento exato sobre as populações indígenas e quantidade de aldeamentos (MARQUES, 1870. p. 142-143). Ao oeste do Maranhão contava-se as 16 diretorias com os aldeamentos, 3 colônias indígenas e além disso, por toda a província havia uma porção de indígenas “selvagens” (MARQUES, 1870. p. 143). quer dizer, de modo de vida nômade e se tendo informações quase inexistentes sobre eles, o que dificultava qualquer objetivo de controlá-los.

fundação de uma missão<sup>20</sup> e um destacamento nela como complemento da colônia militar para retirar as “tribus semibárbaras” das matas e inseri-las na sociedade com o propósito de aumentar o comércio dos “preciosos gêneros” naturais, principalmente o da copaíba que tão “importante com mais de trinta canôas que anualmente sobem o rio [Gurupi], destas, porém, não se tem tirado a menor vantagem” (MARANHÃO, 1859, p.120).

Então, a colônia simbolizava uma ação direta do Estado sobre o indígena e consegue ter em suas dependências uma quantidade deles, alcançando o seu objetivo. Contudo os contatos e ações dos sujeitos que ela buscava controlar por vezes acontecem de forma que isso se torna bastante relativo. Aconteceram por negociação, fazendo as condições dos indígenas como vimos em parágrafos anteriores e até mesmo houveram situações em que essas aproximações se mostraram cautelosas definindo uma certa distância. Arthur dos Santos (2016, p.194) que teve acesso as informações do relatório de 1856, conta sobre alocação de indígenas próxima da colônia feita após pedirem autorização ao diretor Junqueira, porém da colônia até suas malocas se tinha que fazer uma viagem de 8 dias. Já outros contatos aconteceram por meio do conflito.

Em 1870, o vice-presidente da província do Maranhão, José da Silva Maya, relatava que no ofício de 10 de Setembro do diretor da colônia do Gurupi lhe chegou a informação que no dia 28 de Agosto daquele ano, um número de vinte indígenas da etnia Urubú havia assaltado a canoa de Francisco Severiano Nogueira no rio Gurupi na altura das cachoeiras acima da colônia, deixando duas pessoas feridas que estavam na embarcação (MARANHÃO, 1870, p.27) Diante do ocorrido, contou que mandou seguir para a colônia 20 praças do corpo provisório comandados por um oficial para combater as correrias de “índios urubus” que ameaçavam o comércio feito por esse rio, mas recomendava que antes do “emprego da força” se tentasse todos os meios de pacificá-los e chamá-los para “as boas e amigáveis relações” (MARANHÃO, 1870, p.27). Portanto, a atuação do Governo através da colônia e sobretudo quando se pede reforço militar ali, causava tensões que acabaram permitindo a construção de uma organização territorial do rio Gurupi baseada, ao se parece, em uma maior e menor circulação de indígenas.

---

<sup>20</sup> Entende-se que fundar uma missão significava pôr religiosos ou militares como autoridades locais no gerenciamento dos indígenas de um determinado território na condição de um assentamento.

Ilustração 2: quadro com levantamento dos Indígenas da fronteira Pará-Maranhão (1873)

<b>Etnia</b>	<b>Quantidade por pessoa</b>	<b>Localização</b>
Timbé	6.000	Pará, das cabeceiras do Gurupi e barra do Uraim se estendendo até o rio Capim. No Maranhão, iam das cabeceiras do Gurupi até o Pindaré.
Manajó ou Amanajé	300 a 400	Margem do rio “Caju-apara”, o qual é um dos braços do Gurupi que fica no Maranhão
Urubú	Indefinido	No Pará, entre as cabeceiras do rio Coracy- Paraná e Piriá.
Timbira	400 a 500	Cabeceiras de “Caju-apara”
Guajá	1 a 4 casais (grupos pequenos)	Errantes
Guajajara	Menos de 30	Colônia militar São Pedro de Alcântara do “Gurupy”

Fonte: DODT, Gustavo Luiz Guilherme. Descrição dos rios Parahyba e Gurupy. Relatórios sobre a exploração dos mesmos de uma memória sobre o porto de San’ Luiz do Maranhão. Maranhão: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1873, p.117-146.

Embora circulassem e vivessem nos arredores da colônia, essa tabela organizada a partir do levantamento feito pelo engenheiro Gustavo Guilherme Dodt, mostra como grande parte dos indígenas se estabeleciam próximos a rios que estavam situados em perímetros onde uma atuação cotidiana do Governo era aparentemente mais precária, tanto no lado do Pará como no Maranhão. Quando Dodt (1873, p. 91-159) fala dos habitantes do rio Gurupi em seu relatório de expedição, identifica que a população “civilizada” se encontrava espalhada entre Viseu, a colônia militar e sua vizinhança com alguns sítios até a povoação de “índios” chamada Gurupy enquanto indígenas, regatões e “mestiços” pobres livres aparecem nesses lugares da tabela acima, com destaque para as margens do rio Cajuapara.

Esta classificação de uma parte do rio Gurupi sendo habitada por pessoas civilizadas e uma outra por indígenas, regatões e pobres livres buscava reforçar a necessidade de as autoridades agirem sobre uma extensão do rio que ainda precisava ter uma característica de

ordenada em contraste com a outra que tinha a forte influência do Governo com ocupações e dinâmicas de seu interesse, principalmente fazendo isso sobre uma população cujas as identidades eram repudiadas. Por outro lado, esses sujeitos que eram alvo de controle do Estado imperial e provincial constituíam a zona “incivilizada” do Gurupy para conservar seus modos de viver. E essa proteção se deveu em muito à natureza e as dificuldades próprias que ela impunha em se viajar de uma ponta a outra do Gurupi.

A partir das informações de Dodt, percebe-se que rio o Gurupy era mais caudaloso e estável para navegação na zona que correspondia da povoação Gurupy a Viseu, porém dessa povoação até o rio Tocantins se encontrava algumas dificuldades porque esbarrava-se nas cachoeiras que começavam no lugar chamado Pedras d’amolar, logo após a povoação do Gurupy, subindo em sentido sul (DODT, 1873, p. 91-159). Para atravessar algumas delas, era necessário usar uma embarcação pequena e puxá-la por espia<sup>21</sup> de pedra em pedra, aproveitando os remansos que se tinham debaixo das pedras maiores. (DODT,1873 p.102). Uma parte da tripulação alcançava as pedras, firmando o pé nelas e segurando a espia para arrastar a canoa, ao mesmo tempo, uma outra parte com pelo menos 2 pessoas atuava sustentando a canoa com varas compridas que serviam de apoio para que espia não se rompesse; o que caso viesse a acontecer e não tendo algo mantendo o controle da canoa, ela poderia se despedaçar entre as pedras (DODT,1873, p.102).

Então, as cachoeiras possibilitavam um distanciamento diário entre essas duas delimitações das margens do rio Gurupi, uma vez que esse percurso se tornava bastante trabalhoso e perigoso para o deslocamento frequente<sup>22</sup>. Além disso, revela a heterogeneidade do rio, que dizer, quebrando a noção de uma linha continua para o rio-fronteira que se apresenta

---

<sup>21</sup> Espia, segundo o dicionário On line de português: [substantivo feminino. náutica. trata-se de um cabo que serve para amarrar embarcações. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/espia-2/>. Acesso: 04 de março de 2021.

<sup>22</sup> Por terra, não se tem informações sobre percursos bem definidos, mas se ver pelo cruzamento de fontes que se confirma a existência desse pelo rio. É necessário esclarecer que a dificuldade de se locomover a partir das limitações que a natureza coloca não era um impedimento, os diferentes sujeitos viajaram sim de um lado para o outro do rio conforme lhes era pertinente. O que se quer afirmar aqui é que esse deslocamento não era frequente, principalmente pelas autoridades e exatamente pelo grande esforço que se tinha de fazer para isso; contando ainda a possibilidade de receberem flechadas de indígenas. A própria contratação de Dodt para realizar uma expedição serve de ponto de partida para pensar a busca da província do Maranhão em estar fazendo o reconhecimento dessa região para devassá-la, pois todos os levantamentos do engenheiro é nesse sentido, em identificar como se poderia investir nessa parte “incivilizada” do rio para torna-la “civilizada”, ele indica a possibilidade de estradas, de construções que podiam estar aumentando o volume das águas dos pequenos rios, explorando se o solo é aurífero, mapeando os indígenas etc.

nos mapas da época para um fim administrativo. Como analisa Lucien Febvre (2000) para o Reno, então a fronteira franco-alemã, sendo esse rio constituído de vários rios e diferentes reinos, quer dizer, ele não era homogêneo pois em suas diferentes partes se apresentavam particularidades devido uma natureza múltipla e população diversa.

A existência das cachoeiras chama atenção para o fato de o Gurupy ser formado, na verdade, por um conjunto de rios que por vezes se interligam sendo confluente e tributários. Segundo Dodt (1873, p.96-97), o rio Gurupy em confluência com o Gurupy-mirim se apresentava com três principais braços: na reunião de rios e igarapés formava o Cajuapara e Ytinha cujo tributário era o Tucunmandiua. E o Cajuapara apresentava dinâmicas que nos permite conhecer um pouco mais sobre identidades e as relações interétnicas dos sujeitos que o Governo buscava o controle.

Segundo Dodt (1873, p.143-146), por volta de 1869, as terras “devolutas” do Gurupy estavam sendo ameaçadas pela “invasão” das gentes “baixa do sertão” de Imperatriz. Sobre esses “sertanejos” disse que “ignorante quanto possível” tinham o vício dos negros e dos brancos, bem como os também os chamou de “plebe do sertão” (DODT, 1873, p.143). Quando iria fazer dois anos que levavam o gado a Cajuapara e decidiram fazer a mudança completa para o Gurupy, houveram alguns incidentes entre eles e os indígenas devido um furto de gado (DODT, 1873, p.145). Os Timbiras, pelo caminho que chegava até a aldeia, o qual passava pelo campo de Santa Thereza, roubaram “uma rez” de um sertanejo, mataram-a e também ameaçaram o dono de morte, embora nada fizeram; porém isso foi o suficiente para Dodt apontar a necessidade de estabelecer um pequeno destacamento que ele informou ter apresentado em um ofício de 3 de Agosto ao presidente de província (DODT, 1873 p.145).

Outro agente frequentador de Cajuapara era o regatão. De acordo com Dodt (1873, p.137-141) mereciam atenção porque o comércio exercido por eles vinha se tornando uma prática perniciososa aos indígenas. Chama os regatões de pessoas “ignorantes e viciosas” que negavam o “trabalho regular”, mas se dedicavam a comerciar de maneira limitada pois eram poucos os que negociavam diretamente nas praças do Maranhão e Pará, a maioria se abastecia de produtos em Viseu e na Colônia militar e vendia em Cajuapara, seu principal mercado consumidor (DODT, 1873, p.138-39). A informação de não poder comerciar diretamente com alguns portos estava relacionada ao comércio clandestino, porém era uma empreitada que funcionava por redes de contatos.

De acordo com Siméia Lopes (2002, p.75-81), os regatões eram comerciantes estratégicos no encurtamento de viagens pelo rio entre o centro das cidades e os interiores para a venda e compra de produtos. Atuavam no comércio clandestino escapando do imposto de circulação de produtos, então a relação das autoridades e da elite com o regatão era ambígua: entendiam o papel que tinham no abastecimento e transações comerciais, por outro lado condenavam como prática fraudulenta, mas que aparecem nas dinâmicas dos comerciantes regularizados da cidade de Belém que empregavam canoas de regateio para se chegar até os altos rios (LOPES, 2002, p.75-81).

Chegado Novembro em diante, os regatões saíam em busca dos indígenas que estavam lhe devendo para juntos alcançarem alguma paragem com copaíba com a finalidade de extrair o óleo de copaíba, o que para Dodt afastava cada vez mais os indígenas da civilização (DODT, 1873, p.139-140). Para Dodt (1873, p.115-146), a venda de óleo de copaíba realizada com os regatões indicava que o comércio de troca poderia ser um meio de alcançar a civilização dos indígenas, pois era o meio pelo qual adquiriam panelas, tecidos, talheres etc<sup>23</sup>; por isso podia-se chamar “semi civilizadas” a maioria das etnias indígenas do Gurupi.

Então, chamá-los de semi-civilizados revela estratégias frente a potencialidade que um funcionário do governo via no comércio de óleo travado pelos indígenas para se alcançar os objetivos do projeto civilizador e a exploração econômica da copaíba, porém os regatões eram vistos como um grande empecilho porque o lucro do óleo estava sendo direcionado em benefício deles e não aos cofres públicos.

Siméia de Nazaré Lopes (2002, p.78-81) discute que os argumentos de autoridades paraenses no século XIX giravam em torno de impedir o monopólio do comércio dos regatões nos interiores da província do Pará. Argumento de o regatão ser um entrave à civilização dos indígenas buscava contribuir para o controle comercial da elite pois ameaçavam o lucro de seringalistas e de comerciantes legais que ficavam sem o acesso aos gêneros da mata (LOPES, 2002, p. 78-81). As autoridades diziam que os regatões tiravam a liberdade dos indígenas os cercando em um comércio desvantajoso, porém havia ambiguidades; falava-se em retirar liberdades, contudo se apoiava práticas coloniais de recrutamento compulsório para os corpos

---

<sup>23</sup> Essa referência de que o contato e a necessidade de adquirir objetos que são vistos como “civilizados” e distantes da identidade do indígena implica atualmente em um pensamento preconceituoso e falacioso, porém neste contexto, usar talher, tecido, miçangas e outros como um argumento de estar deixando de ser “índio” foi pensado para as tentativas de alcançar os objetivos do Governo provincial.

de trabalhadores e para tropas militares (SAMPAIO, 1997, p.118 apud LOPES, 2002, p. 81). O medo afetava o comércio da Província contribuindo para os indígenas não descerem por rio até o Pará temendo serem agarrados a força, assim permitia concentrar produtos de coleta nas mãos do regatão (WALLACE, 1979, p.141 apud LOPES, 2002, p.81)

A extração e venda do óleo possibilitava aos indígenas manterem ritmos próprios de vida e mesmo aqueles que fossem aldeados, submetidos diariamente ao regulamento de missões e por conta disso acabavam confrontando um planejamento de um tempo produtivo estabelecido pelo Governo para os indígenas aldeados. Segundo Dodt (1873, p.141) os regatões só querendo vantagem própria empreendiam os indígenas na extração do óleo no tempo que deviam se dedicar ao plantio.

No relatório, Dodt (1873, p.141) agradece o diretor parcial das missões de índios do 18º distrito do Maranhão por ele promover a interrupção dos regatões, fazendo-os negociar diretamente com os indígenas, ao mesmo tempo que vendem seus produtos a eles, assim ele não permitia que região ficasse desabastecida. Assim, mostra como atuava o diretor de índios na região, incentivando um comércio permitido na fronteira compreendendo como fundamental para o abastecimento local e deste modo é possível afirmar que problema não era impedir o regatão e sim não haver um controle sobre sua atividade

Portanto, as representações ditas por Dodt sobre os regatões, indígenas e pobres livres<sup>24</sup> tinham por objetivo estabelecer caminhos e estratégias para controlar o Cajuapara, apoiando-se em imagens de ser um lugar desordenado e desmoralizado por não haver uma ampla presença do Governo provincial. Em contrapartida, percebe-se como se deram as sociabilidades

---

<sup>24</sup> Sobre o pobre livre, Dodt (1873 p.145) chama atenção para a presença dessas pessoas, ainda assim ele não vai além do que sugerir o estabelecimento de uma subdelegacia para impedir a circulação como se ver na ocasião do roubo de gado pelos Timbiras. Mas ao longo do século XIX, a elite letrada os divulgava como indolentes e perigosos e devido a possibilidade da abolição, passam a ser lançadas estratégias de discipliná-los para serem direcionados como mão de obra (FARIA, 2003, p.4). Então pode ser que essas representações buscavam orienta-los para servir como trabalhadores em fazendas, colônias particulares ou até mesmo para a Colônia militar do Gurupi. Essa é uma hipótese que se observa a partir de uma fala que o presidente da província do Maranhão, Olímpio Machado, em 1853 fez quando apresentou à Assembleia legislativa os argumentos para se fundar colônias militares no Maranhão. Segundo Machado, a criação de povoações agrícolas formadas de “gente do paiz” era fundamental porque “grande parte da população, que habita o interior, leva vida ociosa, com negação absoluta ao trabalho, e sobre tudo à vida da lavoura aliás a mais tranquilla, e feliz para um homem, ou familia desfavorecida”, atuando na mudança de vida com meios como a compra de pequenos lotes de terra e a isenção do “serviço da guarda nacional e do recrutamento” (MARANHÃO, 1853, p.33).

interétnicas, mediadas pelo comércio de troca e busca por terras, revelando sobretudo como a mobilidade se dava bastante livre, buscando atender interesses particulares.

A mobilidade pela fronteira acontecia por diversos interesses, embora o comércio e a procura por terrenos de pastagem, a história dos Timbiras mostra outras experiências. Segundo Dodt (1873, p.121), os Cajarés antes de 1870 estavam morando nas chapadas de Imperatriz, na ocasião que os homens da aldeia não estavam, “uns sertanejos” atacaram a aldeia e roubaram algumas crianças. Sabendo do ocorrido ao retornarem, os homens Cajarés acharam que o ataque havia partido de uma fazenda próxima cuja dona era uma viúva, então a queimaram deixando 7 mortos (DODT, 1873, p.121-122).

Por receio do que poderia acontecer, mudaram-se para as matas das cabeceiras do Cajuapara e assumiram a identidade de Timbiras para confundir quem fosse atrás deles (DODT, 1873, p. 122). Dodt visitou a aldeia dos Timbiras, disse ter escutado que pretendiam voltar a serem chamados de Cajarés e chegou a escutar um velho “no seu modo de falar: “Timbira não tem, Cajaré” (DODT, 1873, p.122).

Denise Maldi Meireles (1997, p.212-214) afirma que no século XIX, os indígenas possuíam noções próprias de territorialidades e de fronteira, paralelas às que os discurso oficial do Estado imperial buscava instituir, que tinham como fator fundamental a identidade do grupo construída a partir do espaço ocupado. Assim a terra era referência para formas de organizações sociais no interior das comunidades indígenas, bem como tinham limites reconhecidos conforme a mobilidade e os direitos aos usos como para pesca e caça (MEIRELES, 1997, p.212-214). Dialogando com a autora, é interessante como os Timbiras, ou melhor Cajarés, estabelecem suas identidades, sobretudo de forma estratégica, a partir de experiências de conflitos, tomando o espaço do Cajuapara como fundamentais para a manutenção do grupo.

Neste sentido, o Cajuapara e as outras partes do rio Gurupi consideradas “não civilizadas” passam a ser construídas como territórios de resistência por sujeitos que as autoridades maranhenses tentavam controlar. E o Cajuapara, especialmente, aparece na documentação visto pelos indígenas, pobres livres e regatões como um espaço de sobrevivência e de liberdade. Percebe-se ser construído como um lugar de refúgio pois dava chances de manterem ou reconstruírem suas vidas, seja na tentativa de não serem atingidos pelo projeto civilizador mais evidente a partir da presença da colônia com raio territorial civilizatório, por subsistência ou por receio de um grupo étnico sofrer ataques de outro.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da colônia militar foi possível conhecer e compreender como esse projeto de ocupação impacta na diversidade étnica da fronteira, analisando como moldou os interesses e as sociabilidades entre os diferentes grupos sociais e a partir disso os tipos de relações que construíram com o espaço da fronteira entre o Pará e Maranhão. E levou a observar que as iniciais expectativas do Governo provincial maranhense com a colônia de controlar a fronteira e suas gentes, após confrontadas com os anos seguintes, esse controle acabou se revelando mais complexo e relativo.

Em certa medida se constrói um espaço “civilizado” no rio, um território simbólico pois é preciso pensar em como a colônia foi recebida pelas diferentes pessoas sendo uma povoação militar. Percebeu-se como os indígenas, regatões e pobres livres sabiam os limites do raio civilizador projetado pela colônia. Até que lugar era mais seguro para se viver de forma autônoma, afastados de uma vigilância cotidiana das autoridades e constituindo suas próprias fronteiras e territorialidades. Assim, formou-se no Gurupi centros compostos por esses sujeitos, banhados pelos afluentes e onde as investidas do Governo pouco chegavam.

A percepção de uma fronteira política como a do mapa da página 10, marcando toda a extensão do rio em uma linha com início e fim tal como também traçada no mapa por Dodt, da barra do Araguaya até as cabeceiras do rio Ytinga (DODT, 1873, p.98) e com as características pensadas pelo Governo Imperial de um lugar ordenado e colonizado, no cotidiano se restringiu muito mais a área próxima à baía do Gurupi, ou melhor aos arredores da colônia e algumas rotas comerciais com o Maracassumé e Turiaçu. A vasta extensão de florestas, terras e rios do Gurupi compreendidas como “incivilizadas”, ao que parece acabaram se organizando no que os contemporâneos desde dos tempos da Coroa portuguesa chamavam de sertão.

Historiografia como de Janaina Amado (1995) analisa essa noção espacial perpassando pela tensão do encontro entre diferentes identidades: a do colonizador que entende os interiores de capitânias e províncias como lugar cheio de riquezas naturais porém é “desordenado” e “deformado”, aonde há aqueles que são o oposto, o então “selvagem”, “degredado”, e “incivilizado”; enquanto para os que ali moram ou se estabelecem e são repudiados, o “sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor mais feliz” (AMADO, 1995, p.149-150).

Para Elisa Madér (2008, p.268), o sertão estava diante do olhar civilizador associado como um “lugar de barbárie”, não submetido a “atividade econômica regular”, cujos habitantes não estavam em conformidade com o mundo do trabalho. O que fazia com que eles estivessem inclinados sempre a “ódios e paixões” (MADER, 2008, p.268). Portanto, centros como o Cajuapara se convertem em espaços de alteridade desenvolvida a partir das ações de indígenas, regatões e pobres livres e a constante atenção dada pelo Governo maranhense em ver a necessidade de ser controlado como mostra a iniciativa da expedição feita pelo engenheiro Gustavo Guilherme Dodt.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.
- BARROS, José. Espaço, Território, Região—Pressuposto Metodológico. **UESB-Tempos, Espaços e Representações: Abordagens, geográficas e históricas**, Bahia, v.1, n 1, p. 1-21, 2013.
- BRASIL. Decreto nº 1318, de 30 de Janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850 com assinatura de Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. **Presidência da República- Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Palácio do Rio de Janeiro, 1854, 30 de Janeiro de 1854. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/DIM1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM1318.htm). Acesso em: 20 Nov.2021
- COSTA, Emília Viotti da. Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo: UNESP, 1999, p.195-231
- DODT, Gustavo Luiz Guilherme. **Descrição dos rios Paranahyba e Gurupy**. Relatórios sobre a exploração dos mesmos de uma memória sobre o porto de San' Luiz do Maranhão. Maranhão: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1873.
- GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: UNESP, 2005.
- FARIA, Regina Helena Martins de. A transformação do trabalho nos trópicos: escravos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. **Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional da ANPUH**, 2003.
- FARIA, Regina Helena Martins de. Colonização militar e formação do campesinato no século XIX: o caso da Colônia Militar do Gurupi no Maranhão. **Revista de Políticas públicas**, São Luís-MA, v.14, 2010.
- FARIA, Regina Helena Martins. “Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil. Séculos XIX e XX”. **Clio- Revista de pesquisa histórica**, Pernambuco, v.29, n. 2, jul./ dez. 2011.
- FARIA, Regina Helena Martins de. As colônias militares de meados do Oitocentos e formação de um campesinato: o caso da Colônia do Gurupi (Maranhão). **História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII e XIX)**. Curitiba: CRV, v. 1, p. 211-231, 2015.
- FEBVRE, Lucien. **O Reno**. São Paulo: Civilização brasileira, 2000.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. A formulação da “fronteira manejada” como proposta teórica a partir do estudo de crimes. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, v. 1, 25 e 29 de agosto de 2014, Vitória/ES. **Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos – SEO**. Vitória/ES: Sociedade de Estudos do Oitocentos SEO, 2015.p. 1-22

LOPES, Siméia de Nazaré. O Comércio interno no Pará oitocentista: Atos, sujeitos sociais e controle (1840-1855). Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos estudos Amazônicos) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2002. p.75-81.

MADER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**, v. 12, n. 3, p. 262-270, set./dez., 2008.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. Imigração e colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX: O caso dos portugueses. In: História, verdade e ética, de 11 a 14 de agosto de 2014. São Leopoldo-RS. **Anais XII Encontro Estadual de História**. São Leopoldo-RS, 2014. p.1-5

MARANHÃO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão no dia 1 de Novembro de 1853 na abertura da Assembleia legislativa provincial pelo presidente Eduardo Olímpio Machado. Maranhão: Typ. Constitucional de I.J. Ferreira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 03 Fev.2021.

MARANHÃO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1855, no dia 3 de Maio de 1854 na abertura da Assembleia legislativa pelo presidente Eduardo Olímpio Machado. Maranhão: Typ. Constitucional de I.J. Ferreira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 03 Fev.2021.

MARANHÃO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão na sessão ordinária de 1856 pelo presidente Antonio Candido da Cruz Machado. Maranhão: Typ. Constitucional de I.J. Ferreira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 03 Fev.2021.

MARANHÃO. Relatório com que o excelentissimo senhor presidente desembargador Ambrozio Leitão da Cunha Passou a administração d'esta provincia ao excelentissimo senhor primeiro vice-presidente Doutor José da Silva Maya no dia 4 de Abril de 1869. Maranhão, São Luiz: Tp.commercial de A.p Ramos de Almeida. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 04 Março. 2021

MARANHÃO. Relatório com que o Exmo.snr. Vice presidente Dr. José da Silva Maya passou a administração desta província ao Exmo.Senr Presidente Dr Augusto Olympio Gomes de Castro no dia 28 Outubro de 1870. Maranhão, San' Luiz: Typ. de José Mathias. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 04 Março. 2021

MARQUES, Augusto César. **Apontamentos para o dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1870.

MEIRELES, Denise Maldí. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.

NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da colonização militar no Norte do Império: povoamento, defesa do território e conflitos. In: CARDOSO, Alírio, BASTOS, Carlos Augusto, NOGUEIRA, Shirley Maria (Orgs.). **História militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX)**. Curitiba: Editora CVR, 2015, p.195-196.

OLIVEIRA, Renata de. Os indígenas nas fronteiras do Império: terras, legislação e conflito. In: SILVA, Rafael da; SOBREIRA, Dayane; OLIVEIRA, Júlio (Org). **História agrária: Conflitos e resistências (do Império à Nova República)**. Salvador: UFBA, 2020. p.151-178

O PROGRESSO, 11 de Setembro de 1853, n 72).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2012, p.39-42

PUBLICADOR MARANHENSE, 10 de Maio de 1860, nº 118. Hemeroteca digital-Biblioteca Nacional.

PUBLICADOR MARANHENSE, 11 de maio de 1860, nº 109. Hemeroteca digital-Biblioteca Nacional.

RICCI, Magda; DE SOUZA, Sueny Diana Oliveira. Distantes de todos, vivendo por si: uma história das estradas, das viagens e dos moradores na fronteira sul da Amazônia entre 1750 e 1850. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 18, n. 3, p. 1213-1233, 2014

SANTOS, Arthur Germano dos. Poder e administração no Maranhão Oitocentista: o caso da Colônia Militar do Gurupi. **Almanack**, n. 12, p. 184-208, 2016.

SILVA, Rafael Amaral da. Colônia militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX). Dissertação (Mestre em História social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2013.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais no Turiacu (Pará- Maranhão, 1790-1852). Dissertação (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016.

TREZE DE MAIO, 22 de Agosto de 1855, n 531. Hemeroteca digital- Biblioteca Nacional